

Liberdade e biotecnologias

Martha Celia Ramírez-Gálvez¹

Síntese da apresentação

Falar em bloco de biotecnologias resulta problemático, pois o termo abarca um conjunto de conhecimentos científicos e técnicos que possibilitam a intervenção e manipulação da matéria orgânica dos seres vivos. A biotecnologia tem seu campo de ação na saúde, na reprodução, no meio ambiente, nos ecossistemas, etc. No entanto, centrarei minha fala nas questões relativas à reprodução humana, propriedade que passou a ser objeto tecnológico.

Ao pensar a relação entre biotecnologias e direitos das mulheres há de se considerar que a separação entre sexo e reprodução se tornou um aspecto essencial da modernidade, viabilizado em função do desenvolvimento de tecnologias reprodutivas, entre as que se encontram as contraceptivas e as conceptivas. As primeiras permitiram, mediante o desenvolvimento de métodos contraceptivos e do aborto seguro, o sexo sem reprodução. O sexo sem reprodução teria jogado um papel de grande importância, uma condição “libertadora” que possibilitou, além da escalada social das mulheres e transformações no nível macrosocial, o desafio da definição tradicional que igualava feminilidade e maternidade (Ramírez-Gálvez, 2003a).

No entanto, encontramos-nos, atualmente, frente ao que pode ser considerado o avesso desse processo, isto é das tecnologias que possibilitam a reprodução sem sexo. As chamadas Novas Tecnologias Reprodutivas Conceptivas (NTRC) abarcam uma série de procedimentos de assistência médico-tecnológica que possibilitam a ocorrência de uma concepção sem coito, e colocam a intervenção médico-tecnológica como condição necessária para a fecundação. A evolução deste desenvolvimento tem características de um acelerado processo refletido no rápido desenvolvimento de diversas tecnologias e no rápido crescimento de serviços de reprodução assistida no país, assim como na proliferação de programas para popularizar o chamado “bebe de proveta”.

As questões da biotecnologia ligadas às possíveis alterações do campo reprodutivo não podem ser compreendidas num sentido restrito. É necessário indagar como as inovações tecnológicas produzem efeitos materiais em relação a valores

¹ Doutora em Ciências Sociais. Programa de Formação de Quadros Profissionais do Cebrap – Pesquisadora colaboradora do Núcleo de Estudos de Gênero Pagu/Unicamp

culturais, como o enaltecimento do progresso científico e tecnológico ligado à idéia de bem-estar, à importância do desejo e à demarcação de limites à manipulação da vida humana (Ramírez-Gálvez, 2003b).

A medicalização da mulher e mais especificamente da reprodução é um exemplo da transformação da vida numa sequência de eventos que demandam formas peculiares de consumo de bens e serviços diagnósticos e terapêuticos. As diversas implicações e transformações ocorridas nesse campo nos colocam a necessidade de estarmos atentas ao andar dessa carruagem. Estar atentas não implica se posicionar em prol ou em contra e sim no exercício de um olhar crítico para perceber os desdobramentos dos usos dessas tecnologias, que muitas vezes se tornam imperceptíveis por estarem localizadas ou operando num plano individual.

Bioética

Discutir sobre liberdade e biotecnologias implica pensar, também, em bioética, disciplina que se encarrega do estudo da conduta humana no campo das ciências biológicas e da atenção à saúde, examinada à luz de valores e princípios morais. Mas, existem bioéticas diferenciadas de acordo a diversos sistemas de valores, às diversas compreensões do que é o ser humano e a natureza (Rotania, 2001):

- Uma vertente situacionista considera que tudo o que tecnicamente pode ser feito, deve ser feito
- Uma vertente moderantista se preocupa com os riscos e benefícios do progresso. A premissa básica é tudo o que pode ser feito deve ser regulamentado tendo em vista os riscos e benefícios.
- Uma vertente chamada de oposicionista busca avaliar, mas ir além dos riscos e benefícios de uma realidade considerada irreversível. A premissa é o que deve ser feito se antepõe ao que pode ser feito.

As diversas tendências feministas quanto ao tema da biotecnologia também têm suas correspondências com as vertentes anteriormente mencionadas. Como exemplifica Alejandra Rotania (2001), um feminismo liberal, ancorado numa vertente situacionista, pode considerar que as NTRc são positivas pois mudariam as relações de poder entre os sexos sempre que tais relações fiquem nas mãos das mulheres. Poderá considerar que a intervenção nos ciclos naturais das mulheres possibilitam o exercício de direitos individuais que procuram a autodeterminação.

Uma vertente da bioética feminista identificada com a tendência moderantista poderá considerar que os avanços das biotecnologias e as concepções ideológicas que determinam as práticas individuais e sociais não são em si mesmas boas ou ruins, mas vão depender dos valores outorgados e do respeito à autonomia das mulheres. Finalmente, outra tendência, identificada com a ética oposicionista, poderá considerar que o bem-estar e autonomia das mulheres não depende (em termos macros) da tecnologia, a qual pode produzir mudanças na ordem da natureza (mulheres que não menstruam, mulheres que tem filhos depois da menopausa, bebês que nascem por encomenda, etc). Esta vertente manifesta seu temor pelos efeitos negativos de um controle tecnológico (colonialismo) do corpo das mulheres

Análise de casos

Mas, o que pode ser feito ou não nesse campo, quando decidido isoladamente por parte de indivíduos e/ou casais e médicos traz alguns conflitos e problemas. Se tomamos como exemplo as particularidades de diversos casos –como o casal de irmãos franceses que tiveram descendência; a gravidez de mulheres na menopausa; a demanda de seleção de embriões surdos por parte de casais surdos; o uso de ICSI (injeção intracitoplasmática de espermatozoides) com espermatozoides ou células espermátides de homens portadores de certas síndromes– observamos que os riscos ultrapassam os casos individuais, podendo chegar a problemas de ordem populacional, na alteração da estrutura genética humana, ao serem driblados os mecanismos de isolamento reprodutivo que bloqueiam a junção de espermatozoides e de óocitos fisiológica ou geneticamente anormais.

Como afirmara uma especialista durante o V Congresso Brasileiro de Reprodução Assistida (Campos de Jordão, 2001), chegamos ao futuro. A evolução não seria mais controlada por processos biológicos através de mutações, recombinações genéticas e seleção natural; senão por processos culturais. Nesse sentido, a especialista alertara acerca de como e sob quais critérios o homem pode dirigir sua evolução cultural.

As reflexões acerca desses casos nos colocam de cara com os problemas trazidos pela afirmação de um desejo individual em detrimento do público, do coletivo. O desenvolvimento atual do campo da biotecnologia aparece como uma fonte inesgotável de realização de desejos que trazem embates entre direitos individuais e direitos sociais

e coletivos, assim como a necessidade de formulação de políticas públicas, de socialização de informações que propiciem reflexões democráticas.

Como destaca Marilena Corrêa (2001), uma tecnologia como a fertilização in vitro, que possibilita o acesso à reprodução, deixa brechas para outras formas de manipulação das células reprodutivas e de embriões humanos, como é o caso dos embriões excedentes, que são “cercados de uma lógica não restrita à individualidade da mulher, de seus direitos e de seus desejos”.

A mesma autora assinala que experiências genéticas, clonagem, diagnóstico genético pré-implantacional (seleção sexual e possíveis desvios e usos indevidos) e outras formas de intervenção sobre a reprodução humana fazem que a análise das tecnologias reprodutivas se complexifique e ultrapasse a questão do acesso ao “tratamento da infertilidade” ou a realização do desejo reprodução. Como afirma Corrêa, saber o que se passa nesse campo com relação à saúde física e psicológica das mulheres e dos bebês pode ter consequências na demanda e na regulação dessas tecnologias.

Entre os argumentos para justificar o uso dessas tecnologias são citados os direitos reprodutivos. Equipara-se o direito ao aborto com o direito a ter filhos. No entanto, as implicações do sexo sem reprodução não são equivalentes, em termos sociais e políticos, à reprodução sem sexo.

A reprodução assistida enaltece (em maior grau) e possibilita (em menor grau, no âmbito do laboratório) o desejo de ter filhos biológicos, do próprio sangue, a escolha de características genéticas desejáveis socialmente ou a realização das chamadas adoções biológicas, quando não há possibilidade de procriar com o próprio material genético. Isto é, a discussão é colocada freqüentemente no terreno do amplo leque de escolhas, às que teriam acesso as mulheres modernas que procuram expandir os limites da natureza para dar lugar a sua realização maternal, conjugal, financeira e profissional, o que justificaria a necessidade da assistência médico-tecnológica à reprodução.

A criação de serviços públicos que oferecem reprodução assistida tem como argumento proporcionar às mulheres mais pobres o direito a ter filhos biológicos mediante o acesso a procedimentos altamente tecnificados, acessíveis só para uma parcela abastada da população. Colocado nesses termos, o problema se torna, indiscutivelmente, um assunto de direito de acesso a tecnologias sofisticadas por parte de grupos menos favorecidos economicamente. Não obstante, colocar a discussão da reprodução assistida no campo dos direitos reprodutivos torna esse terreno também

escorregadio e sem muitas alternativas. O direito de acesso à RA, nesses termos, seria inquestionável, porém é necessário considerar a configuração do desejo de filho biológico, essencial e indispensável para a conformação da infertilidade como doença a ser tratada medica e tecnologicamente

Nesse novo panorama da reprodução sem sexo, em considerável expansão, não se trata de se posicionar, a priori, contra o uso das tecnologias reprodutivas conceptivas, mas de realizar debates mais amplos, com participação de diversos setores da comunidade, para avaliar e regulamentar sua utilização.

Em suma, há de se considerar que nessa ampliação da rede de participantes no processo de assistência à reprodução, o casal, e mais particularmente a mulher, parece perder centralidade e ser reduzida ao fornecimento de gametas, matéria-prima para a transformação operada por outros. O que está em jogo, atualmente, não é só auto-determinação das mulheres sobre seu corpo (como pode ter acontecido com o sexo sem reprodução), mas também estão em jogo as alterações da estrutura material/genética da espécie, a constituição do humano, reinventado, por uns poucos, no laboratório.

As questões relativas ao campo da intervenção tecnológica na criação da vida, possivelmente estão indicando ou demandando a reformulação da agenda de discussão de direitos reprodutivos

Bibliografia citada

Corrêa, Marilena. Caminhos para uma desejável regulação das tecnologias reprodutivas. Caminhos possíveis? In: Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos. *Bioética*. Vida e morte femininas. Rio de Janeiro: RedeSaúde, 2001

Oliveira, Fátima. Um olhar feminista sobre biotecnologia. *Jornal da Rede Feminista de Saúde*, n,25, Junho de 2002

Ramírez-Gálvez, Martha Celia. *A fertilização tecnológica dos nossos corpos, nossas vidas*. Disponível em: <http://comciencia.br/reportagens/mulheres/18.shtml>, 2003a

_____. *Novas tecnologias reprodutivas conceptivas*. Fabricando a vida, fabricando o futuro. Campinas, 2003b. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas

Rotania, Alejandra. De bioéticas e feminismos na modernidade. In: Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos. *Bioética*. Vida e morte femininas. Rio de Janeiro: RedeSaúde, 2001